



Índice

- 01** [Ribeirinhos resistem à cheia, isolamento e ataques de onça](#)
- 02** [MPF e quilombolas discutem anulação de território de São Domingos](#)
- 03** [UFJF oferece especialização a distância em cultura indígena](#)
- 04** [MT: como Juruna, candidato quer ser 1º deputado indígena](#)
- 05** [2ª Turma aplica critérios do caso Raposa Serra do Sol e afasta posse de terra indígena em MS](#)
- 06** [Grupo de índios isolados da etnia Korubo faz contato no Amazonas](#)
- 07** [Os nativos estão inquietos, com toda a razão](#)
- 08** [Índios Sateré Mawé estrelam documentário de TV britânica](#)
- 09** [Dom Pedro Casaldáliga recebe título de Doutor Honoris Causa da PUC-SP](#)
- 10** [RS: Movimentos em defesa dos direitos humanos e pelo fim da criminalização das lutas sociais](#)
- 11** [Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Etnoterritorializada da Educação Escolar Indígena](#)
- 12** [Conceição de Mato Dentro: Guarde nos Olhos \(Parte IV\)](#)
- 13** [Novo conflito entre índios e agricultores](#)
- 14** [Saúde Indígena é tema de seminário no Campus Arapiraca](#)



- 15** Caps-AD recebe grupo de índios para iniciar tratamento antitabagismo
- 16** População de Charrua está preocupada com a situação indígena.
- 17** Campanha arrecada brinquedos para crianças indígenas
- 18** Mistura cultural faz parte da educação em escolas indígenas de MS
- 19** Governo tenta esvaziar Sesai com criação do Instituto Nacional da Saúde Indígena
- 20** ONU critica os obstáculos para que indígenas exerçam seus direitos
- 21** UFJF oferece especialização a distância em cultura indígena
- 22** Sem assistência, crianças indígenas seguem morrendo por diarreia no Acre
- 23** Tacuru inicia Projeto Saberes Indígenas para formar 50 professores
- 24** Indígenas por Pablo Neruda
- 25** Em discurso, Azambuja elogia Basso, faz compromissos e detona petista
- 26** Buerarema: PT derruba liminares e permite que índios permaneçam em terras invadidas
- 27** VI Seminário Índio Caboclo Marcelino – Território Indígena Tupinambá Olivença (Ilhéus/Bahia)
- 28** Justiça retirará dez famílias do Cafundó
- 29** Em parceria com a Marinha, Povo das Águas atendeu 242 famílias ribeirinhas
- 30** Ribeirinhos estão preocupados com nova mortandade de peixes no TO



Ribeirinhos resistem à cheia, isolamento e ataques de onça

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 17.09.2014

Com área ainda parcialmente alagado, a onça busca suas presas nos campos abertos

A presença cada vez mais constante da onça-pintada nas áreas altas as quais margeiam o Rio Paraguai e as baías que circundam a Serra do Amolar, no Pantanal de Corumbá, tem tirado o sono das comunidades tradicionais que ali vivem da pesca, do turismo e do pequeno criatório de bovinos e caprinos. A lenta vazão da última cheia na planície aumentou o risco de ataques, em razão da escassez de alimentos.

Com o Pantanal ainda parcialmente alagado, a onça busca, com maior frequência, suas presas nos campos abertos e secos e é atraída pelos animais domésticos criados pelos ribeirinhos. Contudo, o felino entra em conflito o ano todo com os grandes fazendeiros, ao matar seu gado em qualquer circunstância – cheia ou seca. O animal não se intimida com as cercas elétricas instaladas em algumas propriedades.

Dona Jacira Francisca, 69 anos, ficou frente a frente com uma pintada ao sair a pé, acompanhada dos cachorros, para buscar graveto na mata próximo a sua casa. Ela vive com o marido, Onésimo Toledo, 70, em uma propriedade de 572 hectares na entrada da Baía do Bonfim, região isolada e espremida por duas reservas ambientais – Santa Teresa e Eliezer Batista – e pela fronteira desguarnecida com a Bolívia.

A reportagem, de Sílvio Andrade, está na edição de hoje (17) do jornal Correio do Estado.



MPF e quilombolas discutem anulação de território de São Domingos

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 17.09.2014

Após décadas de luta, Justiça Federal anulou processo de demarcação de território explorado pela Aracruz Celulose

Any Cometti

As ações da comunidade quilombola de São Domingos, localizado entre os municípios de São Mateus e Conceição da Barra (norte do Estado), que serão adotadas a partir da decisão da Justiça Federal de anular o processo de reconhecimento desse território, após décadas de luta, serão discutidas em reunião entre as lideranças quilombolas e a Procuradoria do Ministério Público Federal (MPF) em São Mateus, nesta quarta-feira (17).

A anulação do processo de titulação do território quilombola foi decisão do juiz federal Nivaldo Luiz Dias, que considerou inconstitucional o decreto que regulamenta o procedimento para a titulação do território, porque os componentes da demarcação devem se autodeclarar quilombolas, o que não aconteceu no caso de 13 proprietários locais.

Tanto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) como o MPF ainda não foram notificados sobre o caso. O Incra afirmou que, por ser uma decisão de primeira instância da Justiça, cabe recurso para reverter a anulação do processo administrativo de reconhecimento do território quilombola, o que será feito assim que a notificação for recebida.

Já o MPF, pela falta da notificação, ainda não tem conhecimento das consequências que a anulação desse processo pode acarretar aos demais. No entanto, já adianta que uma das ações civis públicas ajuizadas para agilizar o processo de regularização de territórios quilombolas em todo o País, entre eles de São Domingos, não é automaticamente cancelada com a decisão, que foi emitida sobre outro processo. Somente a partir da notificação, o MPF saberá das consequências dessa decisão sobre a ação civil.

No caso do território de São Domingos, classificado como um dos exemplos mais claros de descaso em relação aos territórios quilombolas no País, os promotores constataram uma série de medidas tomadas pelos órgãos competentes para praticamente paralisar o processo de reconhecimento das terras. A área é explorada pela Aracruz Celulose (Fibria) desde a ditadura militar e por fazendeiros reunidos no Movimento Paz no Campo (MPC), além de empresas de álcool e cana-de-açúcar.

O processo estava na fase de análise técnica e jurídica e julgamento de recurso pelo Conselho Diretor, e pronto para julgamento desde janeiro de 2012. Esta é a última fase pela qual o processo passa antes da publicação da portaria que devolve as terras ao seus verdadeiros donos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 166 / 2014

Brasília, 18 de setembro de 2014.

No antigo território de Sapê do Norte, as famílias quilombolas enfrentam fome e miséria, sem possibilidades de produzir alimentos para subsistência e sequer manter sua cultura tradicional. Ilhados pelos eucaliptais, sofrem os impactos sociais e ambientais gerados por esta monocultura, que exige intenso uso de agrotóxicos, além de provocar empobrecimento e desertificação do solo.



UFJF oferece especialização a distância em cultura indígena

SÍTIO G1, 17.09.2014

Inscrições estão abertas até a próxima sexta-feira (19). São 50 vagas, sendo 40 a professores da rede pública e 10 para público.

Seguem até esta sexta-feira (19) as inscrições para a Especialização em Cultura e História dos Povos Indígenas, que está sendo oferecida gratuitamente pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) na modalidade a distância. São oferecidas 50 vagas, sendo 40 destinadas a professores em exercício na rede pública de ensino e dez para demanda social, com ampla concorrência.

O curso busca qualificar os professores nas abordagens e propostas pedagógicas da temática de cultura e história dos povos indígenas do Brasil. Os interessados devem se inscrever pela internet, no site do Centro de Educação a Distância. É necessária ainda a entrega até sexta-feira de documentos mencionados no edital diretamente no polo de Juiz de Fora, localizado na Rua José Lourenço Kelmer, s/n, no Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, na Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Confira aqui o edital completo.

O resultado final da seleção de alunos será divulgado no dia 12 de outubro de 2014, a partir das 17h, no site do Cead.



MT: como Juruna, candidato quer ser 1º deputado indígena

SÍTIO TERRA, 17.09.2014

Caiapó Matudjo Metuktire quer priorizar o direito dos mais de 40 mil "parentes"

Keka Werneck

O caiapó Matudjo Metuktire, 35 anos, do Parque Indígena do Xingu, em Mato Grosso, é um dos três candidatos indígenas que disputam cargo eletivo no Estado nas eleições deste ano, porém o único nascido em aldeia. Ele quer ser deputado estadual, pelo PROS, para "priorizar o direito dos mais de 40 mil 'parentes' de diversas etnias que vivem no Estado", com destaque para saúde e educação.

Outras candidatas se declararam indígenas no quesito raça/cor junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas nasceram na cidade. Eliane Silva Ribeiro, 33, natural de Cuiabá, do PRP, também quer ser deputada estadual, e Josefina Almeida, de Várzea Grande, saiu para federal, pelo PSDB.

Se eleito, Matuktire será o primeiro deputado estadual indígena de Mato Grosso, que tem 8.846 eleitores índios aptos a votar de um universo de 2.183.201 eleitores, conforme dados do TSE. O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) já informou que vai montar uma força-tarefa para levar urnas às aldeias, já que algumas estão entre os locais de mais difícil acesso.

Embora o TRE não tenha dados precisos sobre isso, há informações sobre alguns vereadores que também nasceram em aldeias e conseguiram ser eleitos.

Um deles é o próprio Matuktire que, com 96 votos, ocupa, desde 2012, uma das nove cadeiras da câmara municipal de São José do Xingu, um município pequeno, com apenas 5.267 habitantes, de acordo com a contagem do Censo 2010, que fica ao extremo Norte do Estado.

Matuktire é casado e tem quatro filhos. Está fazendo a campanha sem nenhum dinheiro, embora tenha declarado ao TRE que vai gastar R\$ 1 milhão e 500 mil. O principal cabo eleitoral dele é a esposa, uma juruna de 29 anos, chamada Maria Imaculada Santana. "Eu, junto com ela, vamos à casa das pessoas, a gente faz reunião, mas não consegui percorrer as aldeias porque não tenho verba para viajar e o partido, que ia enviar apoio financeiro, ainda não mandou nada, só santinhos", reclama.

Ele entrou na política com o apoio de "parentes" indígenas, que acham importante ter representação nas câmaras municipais e na Assembleia Legislativa. "Conversei com meu povo, fizemos reunião e a gente decidiu que precisamos ter um representante político para defender os nossos direitos e buscar os nossos benefícios".

CONT.



Antes dele, duas outras lideranças xinguanas tentaram se eleger vereadores e outros dois deputados, mas não conseguiram.

Segundo ele, saúde será prioridade em sua possível gestão porque em boa parte das aldeias indígenas de Mato Grosso ainda há crianças que morrem de desnutrição e a tuberculose está fazendo muitas vítimas adultas. "A Funasa está ajudando, mas não em muitas coisas. Tem que ter estrutura dentro das nossas aldeias. Não longe, mas dentro", reforça.

Ele reconhece que não basta vencer as eleições para aplicar suas propostas porque como vereador não tem conseguido apoio na Câmara e na Prefeitura para aprovar leis de sua autoria. "Gostaria que fosse feito para nós a construção de postos de saúde nas aldeias, mas até agora não consegui aprovar nada. Sou eu sozinho indígena para defender a causa", justifica.

Matuktire promete ainda que, se for eleito, com relação à educação indígena, irá priorizar os estudantes que saem da aldeia para se formar na cidade. "Eles precisam tanto do nosso apoio, principalmente os que já estão na faculdade".

Ele ainda se lembra de quando, em 1992, começou a ir e voltar da aldeia para a cidade, já iniciando a vida política. Antes disso, forjou-se como líder atuando na associação dos caiapós e como diretor da escola indígena local.

A radialista terena Naine de Jesus, 34 anos, doutora em educação, é da aldeia Limão Verde (MS). Filha de mãe terena e pai mestiço (bororo e negro) sente vontade de votar em candidatos indígenas. "Sim, eles me representariam mais. Nos últimos anos não houve tantos representantes e essa articulação em prol de candidaturas indígenas tem sido uma demanda nacional", observa. Ela lamenta que tenham tão poucos indígenas ocupando cadeiras eletivas.

Na opinião dela, faltam representantes que lutem pelos direitos dos povos tradicionais, como a demarcação de terras, a sustentabilidade e combate ao desmatamento. Além disso, a radialista destaca também que estão ocorrendo assassinatos de indígenas por questões de terras e ódio racial.

Matuktire tem pelo menos uma liderança indígena mato-grossense que fez carreira política. O primeiro indígena deputado federal no Brasil, Mario Juruna, embora tenha sido eleito em 1982 pelo PDT no Rio de Janeiro, nasceu em uma aldeia xavante em Barra do Garças (MT).

Juruna até os 17 anos nunca tinha tido contato com a sociedade não-índia. Ficou famoso pela defesa incansável da demarcação de territórios indígenas e por gravar tudo nos gabinetes em Brasília. O que ele queria provar com isso é que as autoridades brasileiras são demagogas, ou seja, prometem e não cumprem. Morreu em 2002, diabético.

Especial para Terra



2ª Turma aplica critérios do caso Raposa Serra do Sol e afasta posse de terra indígena em MS

SÍTIO CENÁRIO MT, 17.09.2014

Por maioria de votos, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) deu provimento ao Recurso Ordinário em Mandado de Segurança (RMS) 29087, reconhecendo não haver posse indígena em relação a uma fazenda, em Mato Grosso do Sul, que havia sido declarada, pela União, como área de posse imemorial (permanente) da etnia guarani-kaiowá, integrando a Terra Indígena Guyraroká.

A Turma aplicou nesta terça-feira (16) o entendimento firmado pelo Plenário do STF no julgamento do caso Raposa Serra do Sol (PET 3388) e decidiu reformar acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que indeferiu mandado de segurança com o qual o proprietário da fazenda buscava invalidar a declaração da área como terra indígena.

Marco temporal

O julgamento do recurso foi concluído hoje com o voto do ministro Celso de Mello, que se alinhou à divergência aberta em sessões anteriores no sentido de manter o precedente do STF no julgamento da PET 3388, que tratou da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Segundo o ministro, naquela ocasião foi estabelecida a data da promulgação da Constituição Federal como marco temporal para análise de casos envolvendo ocupação indígena. "A proteção constitucional estende-se às terras ocupadas pelos índios considerando-se, para efeitos dessa ocupação, a data em que foi promulgada a vigente Constituição. Vale dizer, terras por eles já ocupadas há algum tempo, desde que existente a posse indígena", disse.

O relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Guyraroká, disse o ministro, indicou que a população indígena guarani-kaiowá residiu na área, objeto de disputa, até o início da década de 40. Deste modo, "há mais de 70 anos não existe comunidade indígena na área, portanto não há que se discutir o tema da posse indígena", afirmou o ministro Celso de Mello.

O ministro considerou ainda que o Plenário do STF, no julgamento da PET 3388, estipulou uma série de fundamentos e salvaguardas institucionais relativos às demarcações de terras indígenas. "Trata-se de orientações que não são apenas direcionadas àquele caso, mas a todos os processos sobre o mesmo tema", consignou.

O decano concluiu afirmando que se há necessidade comprovada de terras para acolher a população indígena, "impõe-se que a União, valendo-se da competência constitucional de que dispõe, formule uma declaração expropriatória".

CONT.



Votos

O relator do RMS, ministro Ricardo Lewandowski, votou, no dia 24/6/2014, pelo desprovimento do recurso, por entender que o mandado de segurança não é o instrumento judicial adequado para discutir questão de tal complexidade. Abriu divergência o ministro Gilmar Mendes, que deu provimento ao recurso interposto pelo proprietário rural. A ministra Carmén Lúcia, na sessão do dia 9/9/2014, seguiu a divergência aberta pelo ministro Gilmar Mendes. A Segunda Turma decidiu suspender o julgamento para aguardar voto do ministro Celso de Mello, proferido na sessão de hoje, e o ministro Teori Zavascki se declarou impedido.

SP/AD



Grupo de índios isolados da etnia Korubo faz contato no Amazonas

SÍTIO TERRA, 17.09.2014

Um homem, uma mulher e quatro crianças do povo indígena isolado Korubo estabeleceram contato com indígenas da etnia Kanamari no Rio Itaquai, na Terra Indígena Vale do Javari, no Amazonas, anunciou nesta quarta-feira (17) a Funai (Fundação Nacional do Índio) nesta quarta-feira.

A região abriga a maior quantidade conhecida de povos indígenas isolados do mundo. O grupo Korubo foi levado para a aldeia Massapê pelo povo Kanamari na terça (9) da semana passada.

Os indígenas receberam os primeiros atendimentos médicos preventivos na própria aldeia. Funai e Sesai iniciaram encaminhamentos visando proteção epidemiológica do grupo Korubo, tomando as medidas necessárias para o acionamento do Plano de Contingência para situações de contato com grupos isolados.

A Funai informou que o grupo encontra-se no momento na Base de Proteção Etnoambiental Ituí-Itaquai, onde servidores mantêm diálogo com os indígenas recém-contatados para garantia de sua autonomia e autodeterminação, visando ainda um isolamento epidemiológico.

Outro grupo do povo Korubo, composto por 16 pessoas, foi contatado em 1996 pela Funai, que diagnosticou, na época, a necessidade de estabelecimento de contato após sucessivos conflitos com o entorno não-indígena, que acarretaram várias mortes entre os Korubo.

Atualmente, a população contatada de 33 pessoas vive no rio Ituí, Terra Indígena Vale do Javari. Há ainda outros grupos Korubo que permanecem em situação de isolamento e que são monitorados pela Funai

Além do atendimento ao grupo Korubo contatado em 1996, a Funai atua na localização e no monitoramento de povos indígenas isolados e na proteção territorial Terra Indígena Vale do Javari.



Os nativos estão inquietos, com toda a razão

SÍTIO O ECO, 17.09.2014

Os índios kaapor, do Maranhão, decidiram resolver as coisas à moda antiga. Vitimados há dois anos por uma infestação de madeireiros em suas terras, sem qualquer providência por parte das autoridades, formaram uma espécie de milícia para prender e arrebanhar os invasores. "Estamos fazendo o que o poder público deveria fazer", disse Itahú Kaapor, liderança da terra indígena Alto Turiaçu.

Os munduruku, que habitam a região do alto rio Tapajós, também estão em pé de guerra. No caso deles, o inimigo é o próprio poder público: a decisão do governo de construir uma série de hidrelétricas em seu território tradicional fez esse povo tupi ameaçar retomar o antigo hábito de tempos coloniais de cortar as cabeças de seus adversários. Nos últimos dois anos, os munduruku já sequestraram técnicos da Eletrobras, invadiram o canteiro de obras da usina de Belo Monte e baniram todo e qualquer pesquisador de suas terras – mesmo quando a pesquisa é para benefício deles próprios. Que o diga o linguista Dionei Moreira Gomes, da Universidade de Brasília: há 20 anos trabalhando entre os munduruku, ele teve de suspender projetos de alunos de pós-graduação de apoio ao ensino bilíngue nas aldeias. "Para eles, pesquisador virou sinônimo de gente que está lá para rifar a terra deles."

Conflitos entre índios e não índios têm pipocado com frequência cada vez maior no Brasil. Parte deles tem sua origem no Congresso Nacional, onde os interesses anti-indígenas atualmente têm um poder sem paralelo nestes 30 anos de redemocratização.

Atropelo

O maior campo de batalha é a Proposta de Emenda Constitucional número 215, que tramita na Câmara numa comissão especial dominada por ruralistas. O objetivo declarado da PEC é "aumentar a segurança jurídica" dos processos de demarcação de terras indígenas, fazendo-os passar pelo crivo do Congresso.

Atualmente, demarcações são um ato do Presidente da República. A ordem jurídica brasileira considera que os territórios tradicionalmente ocupados por indígenas têm sua existência garantida. O governo só precisa reconhecer formalmente seus limites.

A PEC 215 subverte essa ordem: a terra indígena é lançada numa espécie de bacia das almas, virando apenas mais um latifúndio a ser destacado do patrimônio da União após o OK dos senhores deputados e senadores.

O efeito prático da medida seria congelar indefinidamente todo o processo de demarcação. Mas o efeito filosófico, por assim dizer, é mais grave: o índio perde o direito constitucional à terra. Se uma comunidade indígena e uma empresa agropecuária estiverem clamando a mesma

CONT.



área, ganha quem tiver os melhores advogados – ou quem contribuir com as campanhas de mais parlamentares.

Para alguns povos, como os guarani-kaiowá de Mato Grosso do Sul, isso seria mortal, já que há dezenas de terras tradicionais identificadas e atualmente ocupadas por não-índios. Outras situações de disputa, como as vistas na terra dos awá, no Maranhão, e em uma terra xavante em Mato Grosso, onde os posseiros foram expulsos pela Polícia Federal, poderiam ser resolvidas em favor dos não-índios.

Além da tragédia ética, histórica, social e de direitos humanos, a PEC-215 será uma derrota para a conservação da biodiversidade. Primeiramente porque, como alguns estudos têm demonstrado ao longo da última década, terras indígenas são instrumentos de conservação mais eficientes ainda do que parques nacionais. Por último, mas não menos importante, porque uma outra proposta de emenda incorporada ao texto da PEC determina que a criação de unidades de conservação, que hoje também é feita por decreto, passe a seguir o mesmo rito das terras indígenas.

É difícil prever o rumo que a proposta tomará no ano que vem, com uma composição mais ou menos nova do Parlamento. Não há razões para crer que a 215 seja apenas um bode colocado pela bancada ruralista na sala para ganhar concessões pontuais em Mato Grosso do Sul, por exemplo. A bancada está embalada pelas vitórias no Código Florestal e na Lei 140, que enfraqueceu o Ibama. As terras indígenas, quilombolas e as unidades de conservação são a fronteira final desse movimento. A julgar pela campanha que vem sendo movida contra os índios pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, os ruralistas têm toda intenção de aprovar a PEC. O clima para isso, claro, dependerá em grande medida do resultado das eleições de outubro. Mas é seguro afirmar que, ganhe quem ganhe, 2015 será um ano de tensão na taba.

*Cláudio Angelo é jornalista.



Índios Sateré Mawé estrelam documentário de TV britânica

SÍTIO D24 AM, 17.09.2014

Produção retratará a origem, o desenvolvimento e a rotina das tribos do Baixo Amazonas

Manaus - A origem, o desenvolvimento e a rotina — destacando a tradição do ritual da tucandeira, com ênfase para a produção do guaraná, e a presença da floresta amazônica no entorno — das tribos Sateré Mawé chamaram a atenção da produtora internacional de vídeo BBC. O resultado é a realização de um documentário em conjunto com a Prefeitura de Parintins, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Sectur).

As filmagens acontecerão na aldeia da Praia Dourada de Ponta Alegre, área indígena do Rio Andirá, de 8 a 16 de outubro. De acordo com o prefeito de Parintins, Alexandre da Carbrás, serão disponibilizados registros de vídeo do casamento coletivo e do ritual da tucandeira que foram realizados na comunidade Nova Alegria. Ele destaca que, em toda a Região do Baixo Amazonas, as estimativas apontam uma população de 11 mil saterés, sendo 3 mil na região do município.

Já o produtor de televisão Flávio Somogyi, responsável pela coprodução por meio do Studio Neon Rio, no Brasil, informou que o documentário tem como temática central 'As Maravilhas do Planeta Terra' e será gravado nos mesmos moldes das produções 'Planeta Terra' e 'Planeta Humano', exibidas pelo Fantástico. Dessa forma, a utilização de gráficos e tecnologias ajudará a contar melhor a história desse povo, desde os primórdios.

A escolha

Somogyi, que há 30 anos trabalha com emissoras de televisão estrangeiras como BBC, Discovery Channel e National Geographic, conta que o principal foco, especificamente, na Amazônia, é a floresta, com seu ambiente e comunidades tradicionais. "Depois de uma vasta pesquisa, foram selecionadas as tribos Sateré Mawé, pelo fato de terem longa tradição na mesma região e uma relação extremamente rica com o meio ambiente onde vivem, em especial com as formigas tucandeiras", frisa.

Segundo ele, o áudio das filmagens será na língua sateré, traduzido pelo cacique Zezinho Sateré, e a exibição ocorrerá em 2015, como um documentário de três blocos de 15 minutos cada.



Dom Pedro Casaldáliga recebe título de Doutor Honoris Causa da PUC-SP

SÍTIO CIMI, 17.09.2014

Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito da Prelazia de São Felix do Araguaia (MT), foi homenageado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na manhã desta quarta-feira (17), com o título de Doutor Honoris Causa. Por motivos de saúde, o bispo pediu ao padre e coordenador geral do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep), José Oscar Beozzo, que o representasse na outorga do doutorado na universidade.

Pastor, poeta e escritor, Dom Pedro marca a Igreja da Amazônia, do Brasil e da América Latina pelo seu profetismo, fidelidade aos pequenos, sem temor às perseguições e às ameaças de morte. Comprometido com o resgate do testemunho e da memória perigosa dos/as mártires, levantou em Ribeirão-Cascalheira, no Mato Grosso, próximo ao lugar onde foi assassinado em sua presença o padre João Bosco Penido Burnier, o Santuário dos Mártires da Caminhada, onde se realiza periodicamente (atualmente a cada 5 anos) a Romaria dos Mártires.

Sua profunda espiritualidade e apego ao evangelho alimenta seu destemor na defesa dos povos indígenas, posseiros/as, lavradores/as sem-terra e quantos se encontram ameaçados pela injustiça dos poderosos.

Na foto ao lado, Dom Pedro (sentado) cumprimenta Dom Tomás Balduino, morto em maio deste ano: mais de meio século de lutas na aposta rebelde da esperança.



RS: Movimentos em defesa dos direitos humanos e pelo fim da criminalização das lutas sociais

SÍTIO CIMI, 17.09.2014

Diante de recentes episódios envolvendo a criminalização das lutas sociais no Rio Grande do Sul, acompanhada de preocupantes violações aos direitos humanos, com o destaque indigenista para as prisões e agressões sofridas pelo povo Kaingang em pleno direito de reivindicação de seus territórios tradicionais usurpados, movimentos sociais e organizações circularam um manifesto, que segue na íntegra:

EM DEFESA DA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS E PELO FIM DA CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS DO RS

As organizações sociais, os movimentos populares, as lideranças e sujeitos de direitos ligados a diferentes populações, comunidades e segmentos de luta, reunidos na Caravana dos Defensores e Defensoras dos Direitos Humanos de Porto Alegre, realizada no dia 06 de setembro de 2014, na sede do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA), vem a público manifestar a defesa incondicional dos direitos humanos das populações e segmentos sociais que vivem em situação de marginalização, violência e exclusão, bem como manifestar sua indignação com relação à criminalização que os movimentos e organizações sociais populares e suas lideranças vêm sofrendo nas diferentes frentes de luta no Estado do RS.

Ao tratar da realidade vivida pelas populações, comunidades e sujeitos de direitos; da atuação do Estado no que se refere aos instrumentos de defesa/proteção e das políticas de promoção dos direitos humanos; da capacidade de organização e mobilização das lutas e movimentos sociais, bem como do empoderamento das populações e comunidades específicas e suas lideranças, as manifestações apresentadas e colhidas ao longo deste encontro, mostram que direitos humanos e direitos cidadãos (constitucionais) básicos parecem inalcançáveis para uma parcela significativa da população. Neste sentido, manifestamos e denunciemos:

- o interesse do capital imobiliário incidido sobre os territórios, promovendo a remoção e exclusão das populações e dos povos de direito dos seus territórios;
- a omissão e a conivência do Estado em relação à violação dos direitos das populações e dos povos nos territórios tradicionais;
- o genocídio dos de Baixo, do povo negro e a segregação racial, geracional e social das populações e povos em nível mundial (refletido também no âmbito local);
- a violência policial e estatal contra populações discriminadas, marginalizadas e criminalizadas;

CONT.



- a ineficácia das políticas públicas efetivas na garantia dos direitos humanos básicos das populações, povos e segmentos marginalizados: comunidade LGBT, populações de rua, comunidades quilombolas e povos indígenas, etc.;
- a criminalização das lutas e de ativistas dos movimentos sociais, como forma de desmobilizar a sociedade, as populações e os povos em defesa de seus direitos;
- a responsabilização do governo do estado, na pessoa do secretário estadual de habitação, Marcel Frison e aliados, pela desarticulação de comunidades e territórios ocupados, além de atentados contra lideranças e indivíduos que resistem ao processo de higienização provocado pela especulação imobiliária;
- o conluio entre poderes públicos para garantir o interesse de empresas e a intensificação dos processos de remoção, sendo que só no último mês ocorreram duas remoções de comunidades (Avipal e Dois Irmãos), ambas comunidades atingidas e desconstruídas pelos mesmos atores políticos;
- a tentativa de cooptação de movimentos sociais pelo Estado, visando garantir os interesses econômicos de empreiteiras, imobiliárias e demais corporações industriais e comerciais;
- a parceria entre o governo do estado e universidades gaúchas com a Elbit (empresa Israelense que trabalha com sistemas de segurança e armamentos), que possui relação direta com o genocídio do povo palestino;

Ao mesmo tempo, defendemos e exigimos:

- a defesa dos direitos e o reconhecimento da identidade das populações, povos e comunidades nos seus territórios;
- o compromisso dos governos com a legalização, titulação e demarcação dos territórios dos povos indígenas, comunidades quilombolas e comunidades urbanas;
- a retomada dos territórios como direitos reconhecidos e conquistados pelos povos e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas), bem como das populações e comunidades urbanas;
- a mobilização e unificação das organizações sociais em torno de agendas comuns em defesa dos direitos dos povos, populações e segmentos marginalizados e criminalizados da sociedade;
- a manutenção da articulação da resistência e das iniciativas coletivas em defesa dos direitos humanos e contra toda forma de violência e criminalização;
- a elaboração de uma carta de moção ao governador do estado exigindo o afastamento imediato do secretário de habitação, Marcel Frison, e assumindo o compromisso de colocar no cargo pessoa íntegra e com compromisso aos direitos humanos das populações atingidas;
-

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 166 / 2014

Brasília, 18 de setembro de 2014.

- o arquivamento imediato dos processos criminais com cunho político, dos inquéritos judiciais e das investigações ideológicas praticadas contra ativistas de movimentos sociais;
- o apoio à luta nacional que visa a desmilitarização das polícias;
- a formação de grupos de estudos temáticos para compreender o contexto da luta, resultando em oficinas, teatro e atividades diversificadas nas comunidades atingidas com o propósito de fortalecer a luta pelos territórios;
- a efetivação de um Estado laico de fato, onde os cidadãos tenham o direito à livre expressão, opção e credo, sem qualquer tipo de discriminação e perseguição, com espaços de participação efetivos a este debate;
- o investimento de recursos para o sistema habitacional e a urbanização dos territórios para garantir os direitos mínimos de dignidade das populações e povos atingidos;
- a extinção de iniciativas que visem retrocessos com relação aos direitos territoriais dos povos, comunidades e populações, como é o caso da PEC 215 e outras propostas inconstitucionais semelhantes;
- a ruptura imediata dos contratos entre o governo do estado do Rio Grande do Sul e as universidades gaúchas UFRGS, PUCRS, UFSM e UNISINOS com a empresa israelense Elbit, representada no país através da subsidiária AEL Sistemas;

Por fim, manifestamos que não abandonaremos a luta e não vamos recuar nenhum passo na defesa e garantia dos direitos humanos dos povos, comunidades e populações!

Subscrevem este manifesto,

Ação de Rua Arquipelago; Amencar; Bacupari; Bloco de Luta pelo Transporte 100% Público; Boca de Rua; Caminho das Águas/ Ilhéus Ecológicas; Cáritas/RS; Centro Franciscano Pedro Chaves Barcellos; CIMI Sul (Conselho Indigenista Missionário); Comitê Popular Contra o Estado de Exceção; Comitê Popular da Copa (ANCOP); Comunidade Indígena Morro do Osso (Kaingang); CRDH/ Avesol; Frente Quilombola/RS; Gapa-RS; Ilhéus Ecológicas; IDHESCA; Manifesto POA; Mov. LGBT; Movimento Autônomo Utopia e Luta; Movimento Nacional da População de Rua; Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Movimento Negro Unificado (MNU); MPG, Professores de Goiás; Ocupação Progresso; Ocupação Sete de Setembro; PPDDH - RS; Parrhesia Erga Omnes; Quilombo dos Machado; Rede Macumba de Comunicação; Resistência Urbana; SIMPA; Stop the Wall; Teatro In-Visíveis; Vila Dique.

CARAVANA DOS DEFENSORES E DEFENSORAS DE DIREITOS HUMANOS POA/RS.

Porto Alegre, 06 setembro de 2014.



Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Etnoterritorializada da Educação Escolar Indígena

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.09.2014

Laced

A Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI / MEC, torna público que estão abertas as inscrições para o Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Etnoterritorializada da Educação Escolar Indígena no âmbito da Rede Nacional de Formação Continuada de Professores na Educação Básica – RENAFOR.

O curso será oferecido na modalidade à distância, com carga horária de 180 horas. Foi desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento / Departamento de Antropologia – Museu Nacional (LACED/DA-MN-UFRJ), em diálogo com a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena/Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (CGEEI) e será certificado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

São oferecidas 240 vagas a serem preenchidas por ordem de inscrição e atendimento aos pré-requisitos (Termo de Compromisso assinado e Carta de Recomendação).

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado para este curso será o Moodle (AVA@UFRJ) e seus objetivos são:

- a) apresentar informações básicas sobre a presença e a participação dos povos indígenas no processo de formação do Brasil, suscitando debates e estimulando a revisão do que está, inadequadamente, descrito ou deformado por visões preconceituosas;
- b) promover formação teórica e prática para a gestão etnoterritorializada da educação escolar indígena;
- c) contribuir para a consolidação da política de implementação dos Territórios Etnoeducacionais, por meio da formação continuada para a gestão educacional.

Sobre o Público alvo e os Pré-requisitos:

1) Público alvo:

- a) gestores, técnicos, professores, necessariamente em exercício nos sistemas públicos estaduais, municipais ou federais com ações voltadas para Educação Escolar Indígena.
- b) membros das Comissões Gestoras dos Territórios Etnoeducacionais, membros da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena e interessados que façam parte de Fóruns e Comitês ligados à temática da Educação Escolar Indígena.

2) Pré-requisitos:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 166 / 2014

Brasília, 18 de setembro de 2014.

a) acesso a internet banda larga e disponibilidade de 8 (oito) horas semanais para dedicação ao curso, assinado em Termo de Compromisso anexo.

b) carta de recomendação (da chefia, no caso do servidor público) atestando o vínculo do candidato com gestão da educação indígena na função ocupada atualmente.

Para inscrição envie o Termo de Compromisso assinado e a Carta de Recomendação: via email para laced@mn.ufrj, e para o endereço:

Laced/Departamento de Antropologia/Museu Nacional/UFRJ
a/c Antonio Carlos de Souza Lima
Quinta da Boa Vista s/n – São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 20940-040.

Inscrições: de 18/09 a 25/10

Início: 10/11/2014

Email para contato: laced@mn.ufrj.br



Conceição de Mato Dentro: Guarde nos Olhos (Parte IV)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.09.2014

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=AUat_jOdz9M

Rodrigo Valle de Castro

Vídeo realizado em setembro de 2014 em Conceição do Mato Dentro, que trata da degradação sócio cultural e humana sofrida pelo nosso povo frente a ação brutal das mineradoras.

A região de Conceição do Mato Dentro em Minas Gerais tem sido alvo desta violência na implantação do Projeto Minas-Rio pelo Governo de Minas a MMX e a Anglo American Mineração.

Aos 26 de março de 2013, o goiano Alberto Pinto Coelho, então governador de Minas, assinou o protocolo de intenções com o ex-sócio de Eike Batista, Ricardo Antunes Carneiro Neto, para implantação do Projeto Manabi em Morro do Pilar município vizinho a Conceição do Mato Dentro no Espinhaço.

Luis Claudio de Oliveira, ex- secretário municipal de Meio ambiente de Conceição, é hoje assessor da Prefeitura de morro do Pilar.

Saulo Pinto Coelho, ex- procurador de Conceição, de 2006 a 2009, é hoje assessor da Prefeitura de Morro do Pilar.

Eduardo Teixeira Neri, coordenador dos dois Planos Diretores foi contratado pelas duas prefeituras.

Geonature, e várias outras empresas, responsáveis pelos EIA-Rimas, pelas pesquisas, sondagens, levantamentos das cavidades, licenciamento ambiental, são as mesmas empresas que atuaram e atuam no processo ilegal de Conceição do Mato Dentro.

Anglo America & Manabi: um só elenco, para o mesmo filme !

Veja abaixo os demais filmes:

Conceição de Mato Dentro: Guarde nos Olhos (Parte I)

https://www.youtube.com/watch?v=kLxQjBsvQdo&feature=player_embedded

Conceição de Mato Dentro: Guarde nos Olhos (Parte II)

https://www.youtube.com/watch?v=oysDR7sf5RU&feature=player_embedded

Conceição de Mato Dentro: Guarde nos Olhos (Parte III)

https://www.youtube.com/watch?v=DRCoXLCeovc&feature=player_embedded



Novo conflito entre índios e agricultores

SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ, 17.09.2014

O receio de agricultores em perder terras com a demarcação de áreas indígenas impulsionou mais um conflito nesta semana, agravado por socos e pontapés na tarde desta quarta-feira (17), em Passo Fundo. O impasse inciou no último domingo (14), quando um grupo de treze famílias indígenas - segundo os próprios índios, quatro famílias de acordo com os agricultores - acampou-se as margens da RSC 480, em Erval Grande, no região do Alto Uruguai do RS. Descontentes com o acampamento e temerosos com as ações da tribo, os agricultores promoveram um protesto na manhã de ontem, bloqueando a rodovia. "Eles já derrubaram eucaliptos e o dono teve que cercar a área com arame farpado, e o que nós sabemos é que o pessoal está saindo de Faxinalzinho e vindo para cá. Nosso medo é que aconteça o que ocorreu em Faxinalzinho, onde se invadiu e se criou uma aldeia. Porque em Erval Grande nunca houve índio e agora os que foram expulsos de Faxinal estão vindo para cá", disse o membro da CDL e presidente do Lions de Erval Grande, Alcione Paulo Massi.

No final da manhã, com apoio da Brigada Militar e Polícia Rodoviária Estadual, os índios foram transportados até a sede da Fundação Nacional de Apoio ao Índio (Funai), em Passo Fundo, pelos agricultores que fretaram uma van e um caminhão, para transporte dos bens. A ação, contrária a vontade dos índios, foi o estopim da crise entre as partes. Logo após a chegada à Funai, no incio da tarde de quarta, iniciou-se uma discussão, seguida por correria, empurrões, socos e pontapés em meio a carros que passavam pela Rua Uruguai. Coincidentemente, no mesmo momento, passava pelo trecho uma caminhonete carregada com entulho, como pedaços de ferro e madeira, material que serviu como ferramenta de ataque ou defesa por índios e agricultores. Apesar do tumulto, ninguém se feriu gravemente.

Líder do grupo indígena, Jacir de Paula considerou abusiva a ação dos agricultores em retirá-los do acampamento. "Foi contra a nossa vontade. Sabemos de nossos direitos. Dizem [agricultores] que são donos há cem anos, mas nós que somos donos há 500 anos, somos donos do Brasil. Fomos para reivindicar essa área verde, próximo a rodovia. Não invadimos propriedade dos colonos. Eles têm direito e nós também temos", afirmou ele ao complementar que 45 pessoas se acamparam as margens da estrada.

"A população se reuniu e como eles não chegaram a um acordo de procurar a Funai, carregamos a mudança e os colocamos em uma van, com toda a segurança, para trazer a Funai e tentar resolver o problema", rebate o produtor rural, Adilson Morona. "Prometemos para o cacique que viríamos à Passo Fundo fazer uma manifestação juntamente a eles. Quando chegamos aqui, eles se manifestaram contra nós. Queremos que coloquem eles em uma área digna", complementa Morona.

O acordo

Os ânimos se acalmaram apenas com a intervenção da Brigada Militar. O Comandante do 3º RPMon, Coronel Fernando Carlos Bicca, convocou representantes de ambos os lados para uma

CONT.



reunião na Polícia Federal.

Segundo o coordenador regional da Funai, Roberto Perin, os índios concordaram em retornar para uma reserva em Água Santa. "Mobilizei uma logística com cinco veículos oficiais da Funai para o transporte dos índios". Perin repudiou a ação dos moradores de Erval Grande em forçar a desocupação da área. "Há procedimentos legais de reintegração de posse, da mesma forma quando se trata de demarcações", finalizou.



Saúde Indígena é tema de seminário no Campus Arapiraca

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, 17.09.2014

O evento, nos dias 25 e 26 deste mês, mostrará várias ações de atenção à saúde promovidas junto a tribo xucuru - kariri, de Palmeira dos Índios

O Programa de Educação pelo Trabalho (PET) - Redes de Atenção à Saúde Indígena, do Campus Arapiraca, realiza nos próximos dias 25 e 26, no auditório do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), na cidade de Palmeira dos Índios, o 1º Seminário de Atenção à Saúde Indígena. O evento oferta 150 vagas, é uma das ações do Programa de Educação pelo Trabalho - Redes de Atenção à Saúde, tem carga horária de 20 horas, está com as inscrições abertas, apenas presencialmente, na sala do PET-Redes, no Campus Arapiraca ou no dia da abertura e custam R\$ 20,00.

A programação conta com mesas temáticas e exibição de vídeos que discutirão cultura, direitos e saúde dos índios, com a presença de lideranças e membros de órgãos e instituições em defesa das causas indígenas, juristas, professores e profissionais de saúde, além de contar com apresentações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) abordando a temática indígena.

O principal objetivo do evento é sensibilizar e refletir questões acerca da identidade cultural, valores, costumes e tradições dos povos indígenas no contexto social e de saúde, apresentando dados epidemiológicos da situação da população indígena despertando deste modo atenção à atuação multiprofissional nas tribos e apresentando as ações desenvolvidas pelos grupos do programa.

Aculturamento e riscos à saúde

O Programa de Educação pelo Trabalho (PET-Redes), na Ufal tem a coordenação da professora Cíntia Bastos, é um projeto do Ministério da Saúde (MS), envolve o Ministério da Educação (MEC) e promove atividades com foco no ensino, pesquisa e extensão. O PET tem como uma das áreas de atuação a Saúde Indígena, que está sob a tutoria acadêmica do professor Jarbas Ribeiro, do curso de Enfermagem do Campus Arapiraca.

O 1º seminário, nos dias 25 e 26, levará ao conhecimento dos participantes as diversas atividades visando a promoção da saúde na tribo xucuru - kariri, no município de Palmeiras dos Índios, que é formada por oito aldeias. "Há um alto índice entre os indígenas por risco de morte por infarto, hipertensão, acidente vascular cerebral (avc) e trombose, principalmente pelo estilo de vida deles que passou a ser mais urbano. E esse aculturamento traz sérias mazelas para a saúde", frisou o professor Jarbas Ribeiro.

O trabalho conta também com a participação dos bolsistas Geilda Guilherme e Jackson Santana, dos cursos de Educação Física e Enfermagem do Campus Arapiraca. "Além de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 166 / 2014

Brasília, 18 de setembro de 2014.

caminhadas direcionadas aos indígenas idosos e aferição de pressão, recentemente os indígenas participaram de uma oficina de reaproveitamento de alimentos voltada à alimentação saudável”, informam Geilda e Jackson.

As ações têm a parceria da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, que é representada em Alagoas e Sergipe pela assistente social alagoana Genilda Leão.



Caps-AD recebe grupo de índios para iniciar tratamento antitabagismo

SÍTIO PREFEITURA DE RONDONÓPOLIS, 17.09.2014

A Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – Caps – AD, realiza, a partir das 9h desta quinta-feira (18), uma ação de combate ao tabagismo com índios de várias aldeias da região. O trabalho direcionado aos indígenas terá início pela manhã e seguirá ao longo do dia.

A intenção, segundo o coordenador do Caps-AD, Joel Moura de Souza, é formar um grupo antitabagismo com os índios. “O primeiro encontro antitabagismo ocorrerá na tarde da quinta no próprio Caps-AD e depois terá sequência nas aldeias indígenas”, explica o coordenador.

Pela manhã, os índios serão acolhidos pela equipe do Caps-AD e em seguida passarão por um levantamento histórico de suas vidas, incluindo quando iniciou a fumar e quantos cigarros fuma por dia. Ao mesmo tempo os índios participarão de atividades desenvolvidas pelas equipes, receberão lanches, almoço e corte de cabelo.

Já, no período da tarde, os índios presentes passarão pelo atendimento do médico psiquiatra e clínico geral e iniciarão a primeira sessão do grupo antitabagismo.

O que: Formação de grupo antitabagismo com indígenas no Caps-AD

Quando: quinta-feira (18), a partir das 9h, segue no período da tarde

Onde: Caps-AD



População de Charrua está preocupada com a situação indígena.

SÍTIO RÁDIO SIDERAL, 17.08.2014

Depoimento de morador foi enviado a imprensa regional.

Confira depoimento anônimo enviado aos veículos de comunicação na região, relatando a insegurança que o município de Charrua está vivendo.

Olá amigos, sei que essa noticia já vem sendo divulgada há alguns dias por esse importante meio de Comunicação da nossa região, mas mais uma vez gostaria de pedir a colaboração para dizer que a situação em Charrua, especialmente na comunidade de Nossa Senhora de Lourdes, está um verdadeiro cenário de Guerra. Após a operação da Policia Federal e Brigada Militar, onde segundo informações mais de 300 policiais de diversas partes do estado foram descolados para Charrua, gerando um alto custo para nós cidadãos a situação só vem se agravando. Esses policiais se quer permaneceram na reserva para tentar apaziguar o conflito, ficaram cerca de 3 horas e pensaram que tudo estaria resolvido e se quer retiraram as armas dos indígenas. Desde então a situação só piora, a população da comunidade está acuada em suas casas, pois é comum tiroteio entre os grupos de índios que estão em conflito, eles estão espalhados pelas propriedades, nas redondezas do viveiro municipal o que aumenta a insegurança de nossa população. São agricultores, trabalhadores e aposentados que estão acuados com medo até de sair de suas casas e ser alvo de balas perdidas. Até quando as autoridades competentes (Funai, Policia Federal, Brigada Militar, Ministério Público, Poder Público Federal, Estadual e Municipal) vão fazer vista grossa para essa situação, será que é preciso algum inocente perder a vida para alguém tomar alguma medida? A situação torna-se ainda mais preocupando em virtude da quantidade de armas e munição que esses índios têm em suas mãos sem contar que a grande maioria deles está sob o efeito de álcool, o que aumenta ainda mais o perigo. Inclusive no dia de hoje os indígenas invadiram as dependências da comunidade de Nossa Senhora de Lourdes fazendo uso das imediações da comunidade para se abrigarem, estão utilizando tábuas, cavaletes e outros materiais utilizados pela comunidade para fazer fogo para se aquecer do frio, quebraram portas de banheiros, sem contar a sujeira que toma conta de nossa comunidade (fezes, lixo, etc). Desculpem o desabafo, mas conto com esse importante meio de comunicação para chamar a atenção das autoridades competentes para resolverem o problema. Gostaria que essa informação fosse anônima para evitar possíveis vinganças em virtude da insegurança que se instaurou em nossas propriedades, desde já agradeço a compreensão e conto com o vosso apoio para tentarmos resolver a situação antes que algo pior venha acontecer.



Campanha arrecada brinquedos para crianças indígenas

SÍTIO IMIRANTE, 17.09.2014

As doações podem ser feitas até dia 8 de outubro e vão beneficiar crianças de três reservas indígenas.

IMPERATRIZ – Para comemorar o Dia das Crianças, o Projeto Curimim, desenvolvido desde 2011 por um casal evangélico, realiza uma campanha de arrecadação de brinquedos que pretende beneficiar 1.400 crianças indígenas da região.

Todas as pessoas interessadas em fazer doações podem depositar brinquedos novos ou em bom estado de conservação até o dia 8 de outubro no ponto de coleta, que este ano foi instalado próximo à praça de eventos no Imperial Shopping.

Os brinquedos devem beneficiar crianças que moram nas reservas indígenas do Maranhão, Pará e Tocantins. “Os brinquedos vão acabar daqui a alguns meses e eles nunca vão saber quem é que deu os presentes, mas esse gesto, que marca a vida deles, disso eles nunca vão esquecer”, garante o idealizador do projeto Denis Bailey.

Segundo a missionária e organizadora do projeto, Oli Baylei, a iniciativa surgiu depois do casal perceber a necessidade das famílias indígenas, muitas não têm dinheiro nem pra comprar comida.

“Foi aí que percebemos que várias famílias não tinham como alegrar o coração de suas crianças neste dia que é tão especial, e o projeto nasceu desta necessidade de marcar e levar alegria a essas crianças”, completa Oli.



Mistura cultural faz parte da educação em escolas indígenas de MS

SÍTIO DOURADOS AGORA, 17.09.2014

Com a constituição de 1988, a população indígena garantiu direito ao ensino da língua materna e uma pesquisa desenvolvida na UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) registrou a realidade da mistura cultural presente na educação das escolas indígenas de Mato Grosso do Sul.

A professora da UEMS, Renata Lourenço, no desenvolvimento da pesquisa intitulada “Os ‘novos movimentos sociais’ e a luta por educação dos professores indígenas” retratou que em MS os movimentos de professores lutando pela conquistas legais dadas pela constituição começaram na década de 1990.

Nos primeiros encontros dos docentes, o entendimento de uma educação diferenciada foi, e ainda é, bastante problematizada e conflituosa no seio da comunidade indígena, pois alguns achavam ser um retrocesso, segundo a professora. Contudo ficou registrado deste momento que a escola indígena deveria ensinar a língua guarani, mas também o português como segunda língua.

Depois deste período, a educação escolar indígena, alicerçada nos modelos da escola não-indígena, avançou: escolas foram construídas nas áreas indígenas e a formação de professores se difundiu.

“Contudo, os saberes indígenas, e a própria organização pedagógica da escola visando a autonomia e a descolonização de suas práticas, continua sendo os principais desafios”, ressalta Renata Lourenço. Houve avanços, e nesta última década, em reconhecimento à realidade multicultural, foram promulgadas Leis que determinam que as instituições de ensino fundamental, médio e superior insiram em seus componentes curriculares conteúdos relativos à História da África e da cultura afro-brasileira e o ensino de História e Cultura Indígenas, possibilitando abertura para diálogos com os conhecimentos destes povos.

Com isso, escolas que contam com a presença de indígenas, ou cidades que contam com esta população, assumem a responsabilidade de promoverem nas escolas a reelaboração dos conhecimentos socio-educacionais, “devendo construir práticas efetivas de relações interculturais, na perspectiva da interculturalidade crítica, a partir do diálogo entre os diferentes saberes, onde a ‘diferença’ seja abordada como valor positivo na busca pela superação da ideia de superioridade e inferioridade de saberes”, destaca o trabalho.

O MS conta com projetos de Alfabetização na língua materna referentes aos povos do Pantanal e do Cone Sul, onde o Projeto Ação Saberes Indígenas nas Escolas é financiado pelo MEC (Ministério da Educação), e está sendo executado pela UEMS e outras duas universidades do Estado, juntamente com as secretarias municipais e estaduais de educação. Este projeto

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 166 / 2014

Brasília, 18 de setembro de 2014.

envolve vários professores indígenas e não-indígenas voltados para a formação de professores alfabetizadores, o que permite repensar o papel da língua materna nas séries iniciais - alfabetização e letramento.



Governo tenta esvaziar Sesai com criação do Instituto Nacional da Saúde Indígena
SÍTIO CUT PERNAMBUCO, 17.09.2014

A ideia é que o INSI assuma as ações que integram a política de atenção à saúde dos povos indígenas, e seja regido pelas normas do direito privado.

Escrito por: Assessoria de Imprensa do Sindsep-PE

O projeto que cria o Instituto Nacional da Saúde Indígena (INSI) está longe de ser transparente. Os servidores do Ministério da Saúde lotados na Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), assim como a Condsef, estão à margem de qualquer debate sobre o INSI. O governo pretende enviar o projeto ao Congresso Nacional ainda este ano, mas, até agora, não dialogou com as partes envolvidas, o que levou a Condsef a solicitar uma reunião com representantes do Ministério da Saúde para tratar do assunto. O ministério confirmou o encontro para amanhã, dia 18 de setembro.

A ideia é que o INSI assuma as ações que integram a política de atenção à saúde dos povos indígenas, e seja regido pelas normas do direito privado. Os servidores, inclusive, passarão a ser regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Antes mesmo de conhecer detalhes do projeto, a Condsef adianta que não aceitará retrocesso, nem precarização nas relações de trabalho.

“A Condsef é contra a qualquer proposta que venha na linha de privatizar o serviço público. Quando a Sesai foi criada, fomos contra, porque esvaziava a Funasa. A desculpa era que, criando uma secretaria, o governo iria resolver a saúde dos povos indígenas. Pelo visto não deu certo. Querem, agora, criar um instituto. Mais uma prova que este governo não tem políticas públicas”, destaca o secretário geral da Condsef, Sérgio Ronaldo da Silva.

A confederação reforça a importância de os servidores da Sesai se engajarem na luta contra o INSI e ter cuidado com os discursos falaciosos, como o do servidor da Sesai Brasília, Marco Pádua. Dizendo-se representante da Condsef, ele esteve nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul com o discurso de que a entidade estava participando das discussões da INSI e que concordava com a proposta. É mentira. Nem esse servidor representa a Condsef, nem a entidade está de acordo com a criação do instituto.

PARECER CONTRÁRIO

Recentemente, o Ministério Público Federal – 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – assinou uma nota pública se colocando contrário à criação do INSI. A justificativa foi de que, desde a Constituição de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) deveria ter assumido de forma eficiente o atendimento à saúde do brasileiro, inclusive dos povos indígenas. No documento, o órgão também critica a criação do INSI.



ONU critica os obstáculos para que indígenas exerçam seus direitos

SÍTIO JORNAL GGN, 18.09.2014

Jornal GGN – O mundo conta com um marco legal forte para a proteção dos direitos dos povos indígenas mas, apesar disso, ainda há enormes dificuldades para que o coloquem em prática.

Foi o que disse a relatora sobre o direito dessas pessoas, Victoria Tauli Cropuz, durante a apresentação de seu relatório ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra.

A especialista disse que um dos maiores obstáculos é justamente a noção de que os povos indígenas são um impedimento para o desenvolvimento, acrescente-se a isso a falta de reconhecimento de sua identidade, o que leva algumas nações a explorar recursos sem o consentimento dessas comunidades.

Victoria Tauli Cropuz também apresentou também as conclusões de suas missões no Panamá e Peru.

No caso do Panamá, disse que existe uma série de inconvenientes, principalmente a respeito da terra e dos recursos, e de violações a essas garantias por parte de projetos de desenvolvimento em grande escala.

Quanto ao Peru, a relatou destacou que as comunidades indígenas têm sofrido o efeito negativo da indústria extrativa, o que tem provocado um alto nível de desconfiança quanto ao Estado e às companhias que exploram esses recursos, o que tem dado lugar a protestos e conflitos violentos.

A relatora da ONU pediu que estes Estados tomem medidas para assegurar que sejam respeitados os direitos desses povos e que tomem decisões sobre o que os atinjam em cooperação com eles.

Com informações da ONU



UFJF oferece especialização a distância em cultura indígena

SÍTIO G1/ZONA DA MATA, 18.09.2014

Inscrições estão abertas até a próxima sexta-feira (19). São 50 vagas, sendo 40 a professores da rede pública e 10 para público.

Seguem até esta sexta-feira (19) as inscrições para a Especialização em Cultura e História dos Povos Indígenas, que está sendo oferecida gratuitamente pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) na modalidade a distância. São oferecidas 50 vagas, sendo 40 destinadas a professores em exercício na rede pública de ensino e dez para demanda social, com ampla concorrência.

O curso busca qualificar os professores nas abordagens e propostas pedagógicas da temática de cultura e história dos povos indígenas do Brasil. Os interessados devem se inscrever pela internet, no site do Centro de Educação a Distância. É necessária ainda a entrega até sexta-feira de documentos mencionados no edital diretamente no polo de Juiz de Fora, localizado na Rua José Lourenço Kelmer, s/n, no Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, na Pró-Reitoria de Pós-Graduação. Confira aqui o edital completo.

O resultado final da seleção de alunos será divulgado no dia 12 de outubro de 2014, a partir das 17h, no site do Cead.

Sem assistência, crianças indígenas seguem morrendo por diarreia no Acre
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.09.2014



Lindomar Padilha

Lideranças indígenas do povo Huni Kui (Kaxinawa) da terra Indígena Alto Purus, município de Santa Rosa do Purus, estado do Acre, protocolaram junto ao Ministério Público Federal uma carta denúncia contra a SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena e SESACRE – Secretaria de Estado de Saúde do Acre, por falta de assistência às comunidades indígenas e que já levou, só neste último mês, a morte de oito (08) crianças, seis Huni Kui e duas Madjá, somente na terra indígena do Alto Purus.

Das 06 crianças Huni Kui, 04 morreram nas aldeias 01 no hospital em Santa Rosa e 01 no hospital em Rio Branco. Morreram ainda mais duas crianças, uma Madjá e outra também Huni Kui. Ambas em Manoel Urbano.

Segundo a denúncia protocolada no dia 16 de setembro, os indígenas foram informados que se tratava de um surto de “rota vírus”. Ocorre que todos os anos ocorrem mortes de crianças por diarreia e vômito e nada é feito no sentido de prevenir tais mortes. Ao contrário, os órgãos responsáveis preferem o caminho fácil de dizer que essa é uma realidade “normal” já que ocorre todos os anos, em quantidade maior ou menor, ou ainda que não dispõem de recursos para atuarem na prevenção.

Em 2012 denunciemos a morte de 27 crianças na mesma terra indígena VEJA AQUI. Naquela

CONT.



ocasião uma equipe do CIMI empreendeu viagem até as aldeias e constatou in loco a situação de calamidade e produziu um relatório completo sobre a situação de abandono. A SESAI e a SESACRE, à época, apresentaram um plano emergencial que consistia basicamente na remoção de pacientes graves e na distribuição de 145 filtros adquiridos pelo programa Pró-Acre.

Na carta denúncia protocolada desta vez os indígenas denunciavam que “a situação do atendimento a saúde do nosso povo é caótica e não temos mais tempo para diálogos sem resultados ...” Diz ainda mais a frente: “Em nota publicada no dia 21 de fevereiro de 2014 pelo Secretário Especial de Saúde Indígena, Dr. Antonio Alves, foi colocada que o problema da falta de transporte para resgate de pacientes foi superada inclusive barcos para a logística da EMISI.”

Na realidade, segundo a mesma denúncia dos indígenas, nenhuma das promessas foi cumprida e os tais barcos jamais apareceram. O curioso, e dramaticamente desconfortável, é constatar que na página do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP; Secretaria de Orçamento Federal – SOF; SEAGE/CGTEC, constatamos que há, para saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos, para ser executado somente neste ano de 2014, o montante de R\$ 48.000.000,00 (48 milhões de reais) deste montante a SESAI só utilizou R\$ 2.029.670,79. Confira aqui

Esta situação demonstra claramente que há uma falta de planejamento e de interesse em solucionar os problemas. As desconfianças aumentam ainda mais quando a SESAI tenta empurrar a criação do INSI – Instituto Nacional de Saúde Indígena que, segundo a análise de especialistas, é um mecanismo para esconder e escamotear o verdadeiro interesse que é a terceirização da assistência à saúde indígena e que só resolveria os problemas da própria SESAI, como os de contratação de profissionais.

Mais uma vez, nós do CIMI Amazônia Ocidental, unimos nossa voz à voz dos povos indígenas, especialmente daqueles que neste momento assistem a mais uma sequência de mortes de crianças por falta de assistência na Terra Indígena do Alto Purus, para que providências sejam tomadas imediatamente e vidas sejam preservadas. Não podemos mais tolerar tamanho desrespeito para com a vida.

Que o Ministério Público Federal tome todas as medidas necessárias para que os responsáveis sejam punidos. De nossa parte continuaremos acompanhando, denunciando e fazendo tudo o que estiver em nosso alcance para que vidas sejam preservadas e os direitos dos povos indígenas sejam respeitados.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ana Patrícia Ferreira.



Tacuru inicia Projeto Saberes Indígenas para formar 50 professores

SÍTIO O LIBERAL NEWS, 18.09.2014

O prefeito Paulo Pedro Rodrigues-Pedrinho, juntamente com o secretário de Educação Carlos Vital Espindola de Aval, formalizou no último mês de julho o termo de adesão da Ação Saberes Indígenas na Escola.

O Projeto “Saberes Indígenas na Escola”, é uma ação de formação continuada para professores indígenas, preferencialmente aqueles que trabalham nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). O município de Tacuru irá contemplar mais de cinquenta professores com a formação.

O objetivo é fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens para o trabalho com Letramento e Numeramento escolar, a partir das práticas e saberes indígenas sobre território de ocupação tradicional. O projeto busca igualmente oferecer subsídios para elaboração de currículos, definição de metodologias, elaboração de planejamentos, projetos e atividades escolares junto às comunidades indígenas, que deverá abarcar uma perspectiva bilíngüe/multilíngüe, capaz de contemplar a complexidade etno-sociolinguística dos povos indígenas atendidos.

Quatro instituições de ensino superior estão engajadas neste projeto, sendo três públicas (UEMS, UFMS, UFGD) e uma privada (UCDB). O coordenador do curso, Neymar Machado (UFGD), esteve em Tacuru para divulgar o Programa e fomentar o Termo de Adesão.

Fonte: O Liberal News



Indígenas por Pablo Neruda
SÍTIO CIRCUITO MT, 18.09.2014

O Pacífico pode ser avistado de uma das três casas-museus do poeta Pablo Neruda (1904-1973), em Valparaíso: La Sebastiana. Ganhador do Prêmio Nobel de Literatura, Neruda também ficou conhecido por ser um colecionador de objetos. Em La Sebastiana não há objetos que representem os indígenas. Isso não quer dizer que sua poesia não denunciou as agruras do capitalismo a oprimir os povos indígenas, em especial os do Chile, ainda dos Mapuches, que significa água que se perde entre as pedras.

Os Mapuches eram os donos das terras hoje conhecidas como Chile e Argentina. Mesmo que grande parte deles tenha sucumbido aos mosquetes e espadas dos espanhóis, que seus arcos e flechas não contiveram, além das doenças infectocontagiosas, nunca se renderam. Prova é o Tratado de Lillin, firmado com o império espanhol, quando se estabeleceu que os Mapuches teriam o direito à autodeterminação e liberdade dentro de seu território. Contudo, foram acometidos por campanhas genocidas, quando mais de cem mil índios foram exterminados.

Neruda esqueveu: O índio fugiu de sua pele ao fundo / de antiga imensidade de onde um dia / subiu como as ilhas: derrotado / transformou-se em atmosfera invisível, foi-se abrindo na terra, derramado / sua secreta marca sobre a areia / ele que gastou a lua, ele que penteava / a misteriosa solidão do mundo / ele que não transcorreu sem erguer-se / em altas pedras coroadas de aragem / ele que durou como a luz celeste / sob a magnitude de seu arvoredor / gastou-se de repente até ser fio / converteu-se em rugas / esmiuçou suas torres torrenciais / e recebeu seu pacote de farrapos.

Hoje, muitos chilenos escondem a ancestralidade Mapuche. Adeptos a políticas conscientes de extermínio, disputam terras com os índios. Em Santiago, nas paredes de construções europeizadas, lê-se: liberdade aos Mapuches! Ecos de seus tambores de cerâmica ainda a rufar.



Em discurso, Azambuja elogia Basso, faz compromissos e detona petista

SÍTIO NOTICIDADE, 18.09.2014

Durante sua visita em Sidrolândia, o candidato ao Governo do Estado Reinaldo Azambuja destacou o importante trabalho do prefeito Ari Basso no município, “tenho visitado o estado todo e são poucos os municípios com investimentos como há e ainda vai ter em Sidrolândia, em todos os municípios, não só do estado, mas do Brasil as prefeituras estão em extrema dificuldade, porém aqui vejo que o prefeito tem trabalhado bastante e investido em reformas de postos de saúde, construção de escola, recapeamento, dentre outras melhorias que não se vê em muitas cidades de MS”, destacou o candidato tucano que ainda fez um compromisso de apoiar de todas as formas o município de Sidrolândia, caso chegue ao governo do estado.

Reinaldo ainda fez duras críticas ao governo federal petista do seu principal oponente Delcídio do Amaral (PT), no tocante ao ‘esquecimento’ dos índios e dos assentados, “eles estão visitando as aldeias e assentamentos aqui do município pregando que somos candidatos da elite e dos fazendeiros e mentem ao dizer isso, pois quando fui prefeito fui o que mais trabalhou em favor dos agricultores familiares e lutei pela garantia de melhorias para o povo indígena de Maracaju, mas eles sim se elitizaram através do poder porque deixaram de atender os assentamentos e as aldeias que foram praticamente abandonadas”, destacou Azambuja.

A visita de Reinaldo em Sidrolândia surpreendeu pela militância forte no município, prefeito, vereadores e lideranças de diversos partidos saíram às ruas e acompanharam o candidato tucano que vem crescendo nas pesquisas e deve ir para o segundo turno com Delcídio do Amaral que ainda é o favorito, porém o cenário político parece estar mudando.

Douglas Amaral - Noticidade



Buerarema: PT derruba liminares e permite que índios permaneçam em terras invadidas

SÍTIO ITAPÉ NOTÍCIAS, 18.09.2014

A atuação da Advocacia-Geral da União (AGU) no governo PTista comemora a derrubada de nove liminares de reintegração de posse em favor de produtores rurais que tiveram as propriedades invadidas por índios tupinambás em Buerarema. Com a derrubada pela AGU, a milícia indígena está permitida a continuar ocupando terras.

Os proprietários dos imóveis Boa Vista, Conceição, São Gonçalo e Bela Vista ajuizaram ações de reintegração de posse a fim de reaverem seus imóveis invadidos pela milícia tupinambá. A Vara Única da Subseção Judiciária de Ilhéus/BA deferiu os pedidos, autorizando o auxílio de força policial para o cumprimento da decisão.

Visando a suspensão das liminares, a Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região (PRF1) e a Procuradoria Federal Especializada junto à Funai entraram com recursos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) para assegurar a permanência dos invasores indígenas nas terras dos produtores rurais.

Os procuradores alegaram que as ações de reintegração foram proferidas sem suficiente amparo jurídico. Além disso, explicaram que o Relatório Circunstanciado, aprovado pelo presidente da Funai em abril de 2009, já havia sido encaminhado ao Ministério da Justiça para homologação da demarcação das terras.

O relatório da autarquia reconhece que a área localizada nos municípios de Buerarema, Ilhéus e Una, na qual se situam os imóveis invadidos, é terra indígena da Comunidade Tupinambá, nos termos do artigo 231 da Constituição Federal.



VI Seminário Índio Caboclo Marcelino – Território Indígena Tupinambá Olivença (Ilhéus/Bahia)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.09.2014

“Sou Índio Guerreiro
E venho pra mata caçar
Quando chego neste pé-de-serra
Vejo a arara voar
Olha o canto desta arara
É um canto de muita de muita beleza
Não posso destruir
As coisas da nossa natureza”
(Canção cantada durante o Porancy Tupinambá de Olivença)

Território Tupinambá de Olivença, 12 de Setembro de 2014

A Comissão Organizadora da VI Seminário Índio Caboclo Marcelino, formada por Indígenas moradores do Território Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia), Discentes/Docentes da Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença, pela Associação Beneficente de Cultura Sustentável e Promotora da Pesca e do Artesanato dos Índios Tupinambá de Olivença-APAITO e por Discentes/Docentes da Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, tem a satisfação de convidar para participar deste evento que procura fortalecer, divulgar e consolidar apoios à luta do Povo Tupinambá pela demarcação do Território Tradicional. Por esta razão principal o Seminário Índio Caboclo Marcelino acontece às vésperas da Caminhada Tupinambá em Memória aos Mártires do Massacre do Rio Cururupe e à Caboclo Marcelino, buscando também a troca de saberes e conhecimentos entre os Tupinambá, indígenas de diferentes Povos e não indígenas.

O evento nasceu em 2008 realizado por alunos e professores de História da UESC. Foi realizado, novamente, em 2009 e em 2010 não aconteceu. Ressurgiu em 2011 como uma resposta de um grupo de pessoas (indígenas e não indígenas) às prisões de Tupinambá que estavam ocorrendo, perseguições, criminalizações, reintegrações de posse. Em 2012 ocorreu a Retomada simbólica do Seminário pela Comunidade Tupinambá, sendo realizado totalmente nas Aldeias Tupinambá, contando com a expressiva participação indígena na organização e atividades desenvolvidas. Desde então tem participado do evento pessoas (indígena e não indígenas) vindas de outros países (Argentina, Colômbia, França, México), estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais entre outros), cidades, localidades e bairros da região. Em 2013 o Seminário ocorreu em forma de Atos de Apoio que culminou com um Manifesto de Apoio a Luta do Povo Tupinambá assinado pelo Grupo de Observadores Nacionais e Internacionais de Apoio à Luta do Povo Tupinambá de Olivença, sendo entregue pelos participantes ao Ministério Público Federal e Tribunal Regional Federal local.

Neste ano (2014) iremos novamente nos reunir com apoiadores de diferentes localidades para
CONT.



consolidar cada vez apoio a Luta Tupinambá e apressar o governo na Demarcação territorial. Por isto sua presença e da comunidade onde está é fundamental no sentido de também fortalecer os apoiadores da Luta Tupinambá. Não deixe de participar e chame sua comunidade para o Seminário Índio Caboclo Marcelino.

O Seminário Índio Caboclo Marcelino não possui fins lucrativos e nenhuma forma de financiamento público/privado. Os únicos apoios que possuímos é o transporte durante o evento (feito pelo Colégio Estadual Indígena Tupinambá de Olivença). A alimentação é organizada pela comunidade e/ou oferecida pelo Colégio Indígena. As hospedagens são oferecidas em nossas casas e ocas e/ou através das próprias custas dos participantes. As inscrições são totalmente gratuitas, sendo solicitada algum tipo de contribuição não obrigatória. Frisamos isto porque desejamos realizar nossas atividades com completa autonomia e de forma auto sustentável.

O evento busca envolver a totalidade do Território Tupinambá. Os lugares são escolhidos nas reuniões da comissão, procurando sempre adequar aos diferentes momentos e necessidades de organização (alimentação, transporte e hospedagem). Em 2012 ocorreu em Santana (Cachoeira Redonda); Aldeia Itapoã (Águas de Olivença); e Aldeia Gwarini Taba Atã (Syryhba). Em 2013, também por razões infraestruturais e organizacionais, procuramos privilegiar os espaços do Colégio Indígena Tupinambá de Olivença, encerrando o evento na Aldeia Mãe.

Sua presença e da comunidade onde mora é fundamental no Seminário Índio Caboclo Marcelino no sentido de também fortalecer os apoiadores da luta Tupinambá.

Não deixe de participar e chame sua comunidade

"Ama mba'é Taba Ama
Supy Atã Tupã
Ama mba'é Taba Ama
Amaé Tupã Piain Ndêtã
Ama mba'é Taba Ama
Ama Paui Betã
Ama mba'é Taba Ama
Taba Tupinambá"

AWERÊ!



Justiça retirará dez famílias do Cafundó
SÍTIO CRUZEIRO DO SUL, 18.09.2014

Posseiros terão de sair da área até o dia 28 deste mês por não pertencerem àquela comunidade quilombola

Giuliano Bonamim
giuliano.bonamim@jacruzairo.com.br

Dez famílias instaladas na Comunidade Quilombo Cafundó, em Salto de Pirapora, serão obrigadas a deixar o local por meio de uma decisão judicial. A retirada será feita após o dia 28 de setembro por um oficial de justiça e com o auxílio da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros e de assistentes sociais do governo municipal.

Os posseiros sairão do Cafundó por não pertencerem à comunidade quilombola - um grupo étnico, predominantemente constituído pela população negra rural ou urbana, que se autodefine a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Os chamados invasores, que habitam as glebas A e C do território, dizem ser os legítimos proprietários e possuidores da Fazenda Eureka. Alegam que a posse do imóvel foi repassada contratualmente por seus antecessores, que adquiriram o local por usucapião ainda em 1970.

A decisão da 2ª Vara Federal de Sorocaba é baseada no decreto número 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

A partir desse decreto ficou transferida do Ministério da Cultura para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações. De acordo com o artigo 2º, "consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida".

O Incra ajuizou a ação e conseguiu a imissão na posse. O termo corresponde quando a Justiça concede a alguém, logo no início de determinado processo, a posse de algum bem.

Nesse caso, o Incra já pode dar início às ações de reforma agrária no local a partir da imissão na posse dos imóveis no Cafundó. A propriedade será transferida definitivamente à autarquia ao final do processo de desapropriação e, em seguida, ocorrerá a emissão de título de propriedade coletiva para a comunidade.

CONT.



A antropóloga Paula Elaine Covo, analista em reforma e desenvolvimento agrário do Incra, ressaltou que todo esse processo foi iniciado a partir de um estudo elaborado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). "Foi feito um relatório recuperando a história da comunidade dentro do território", conta. "Nesse caso de Salto de Pirapora, a presença dos terceiros não estava sendo favorável aos interesses da comunidade", completa.

Reunião preparatória

O processo de retirada das famílias do local foi discutido ontem em uma reunião comandada pelo 1º tenente da Polícia Militar, Rafael Patzdorf Casari de Oliveira. O encontro ocorreu na Prefeitura de Salto de Pirapora e contou com o prefeito Santelmo Xavier Sobrinho, parte dos posseiros e representantes do Incra e da Justiça.

A reunião preparatória foi agendada para buscar a saída das pessoas sem conflito e de forma pacífica. Todas as famílias foram novamente cadastradas e orientadas a retirar os móveis até 28 de setembro. "A Polícia Militar garantirá o cumprimento da ordem judicial", relata Oliveira.

O prefeito Santelmo Xavier Sobrinho pretende buscar um lugar para abrigar temporariamente as famílias. "Não temos um espaço adequado na cidade", diz. "Pode ser que a Prefeitura auxilie algumas famílias mais necessitadas com o aluguel social", completa.

Notícia publicada na edição de 18/09/14 do Jornal Cruzeiro do Sul, na página 009 do caderno A - o conteúdo da edição impressa na internet é atualizado diariamente após as 12h.



Em parceria com a Marinha, Povo das Águas atendeu 242 famílias ribeirinhas
SÍTIO PÉROLA NEWS, 18.09.2014

Realizado pela Prefeitura de Corumbá, o Programa Social Povo das Águas atendeu 242 famílias ribeirinhas residentes na parte baixa do Pantanal sul-mato-grossense. A sexta expedição de 2014, realizada entre os dias 07 e 11 de setembro, teve a parceria da Marinha do Brasil, por meio do 6º Distrito Naval, que disponibilizou o navio Piraim e sua tripulação para a ação.

De acordo com o levantamento feito pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, foram 738 pessoas assistidas pela equipe multidisciplinar do Município, reforçada desta vez por médico, um dentista e um técnico de enfermagem do 6º DN. Além das cestas básicas distribuídas em caráter emergencial, foram distribuídos entre 249 quilos de abóboras, 155 quilos de tomate e 7 fardos de tomates.

Na área da Saúde Pública, os profissionais da Secretaria Municipal de Saúde realizaram 170 atendimentos médicos, 187 procedimentos de enfermagem e 70 atendimentos odontológicos. Também foram distribuídas 63 doses de vacinas diversas e 135 pesagens para o Programa Bolsa Família, do Governo Federal.

Uma profissional da Secretaria de Educação trabalhou a parte lúdica e educacional de 142 crianças ribeirinhas do Porto Esperança, Forte Coimbra, Porto Morrinho, Porto da Manga e do Porto Formigueiro. Todas participaram de oficinas de construção de brinquedos e contação de histórias.

Assim como aconteceu nas outras edições, a presidente da Colônia de Pesca de Ladário, Elis Regina Severino, participou da ação e realizou a atualização cadastral dos pescadores da região. O Povo das Águas é coordenado pela Secretaria de Governo e reúne ainda servidores das secretarias de Produção Rural e da Defesa Civil.



Ribeirinhos estão preocupados com nova mortandade de peixes no TO

SÍTIO G1/TO, 18.09.2014

Desde julho pescadores encontram peixes mortos no rio Lontra. Por falta de laboratório, amostras serão enviadas para fora do estado.

Uma nova mortandade de peixes no rio Lontra, entre Araguaína e Araguaçu no norte do Tocantins, tem preocupado a população ribeirinha da região. Pescadores encontraram no último fim de semana (13 e 14) dezenas de peixes, além de um Jacaré, todos mortos. Essa é a terceira vez que o problema ocorreu só este ano e desde julho peixes mortos são encontrados no local.

Nas margens do rio vivem cerca de duas mil pessoas. Entre as duas cidades são mais de 10 assentamentos. O pescador Vanildo Alves cresceu nas margens do rio Lontra e fala com tristeza da situação. "Está acontecendo essa matança de peixes aqui no nosso rio e a gente não está mais pescando", lamenta.

José Martins, lavrador, que sempre pescava como forma de lazer, lembra que no local costumava encontrar peixes de espécies e tamanhos variados. "Pegava Jaú, surubim, tucunaré. [Espécies que] hoje já não existem mais", afirma.

Na época de estiagem, quando o nível do rio diminui, surgem bancos de areia, locais utilizados também como lazer. Além de causar problemas para os pescadores, a morte dos peixes também está comprometendo o lazer de muitas famílias.

A lavradora Cirleude Fernandes, que há cerca de 15 anos frequenta um acampamento que fica entre os povoados Água Amarela e Barra Bonita. "Quando ficam sabendo que os peixes estão morrendo, o povo para de vir", conta.

O presidente do povoado Água Amarela, Edvaldo Sales, e Alcy Batista, um dos representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Lontra e Corda, ainda esperam uma resposta dos órgãos ambientais. "A gente espera que os órgãos competentes, fiscalizadores, investiguem e forneçam o resultado que a população está esperando", cobra Batista.

Uma equipe do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins), esteve no local e recolheu amostras de água e peixes mortos. Segundo o órgão, como no estado não há laboratório que realiza este tipo de análise, as amostras foram congeladas e devem ser encaminhadas para um laboratório fora do estado. O Naturatins não forneceu um prazo para que o resultado seja divulgado.